

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Em cumprimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e pela Lei das Sociedades por Ações, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Santinvest S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, relativas ao 1º semestre de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da organização, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. É compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e com a dimensão da exposição a riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional da Santinvest.
 Os Comitês de Risco da Santinvest reúnem-se, trimestralmente ou sempre que entender necessário, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos e definir as diretrizes para a mitigação dos riscos. Facultado pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 3.988/2011, a Santinvest S.A. – C.F.I. e a Santinvest S.A. – D.T.V.M., constituíram uma unidade única responsável pela Estrutura de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Financeiro, compatível com a natureza e complexidade das suas operações, dos seus produtos e serviços prestados e a dimensão de sua exposição a riscos. As descrições das Estruturas de Gerenciamento de Risco estão disponíveis para acesso público na sede da Santinvest S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos. Os itens acima, bem como as Demonstrações Financeiras do Conglomerado foram objeto de revisão pela auditoria.
 Florianópolis, 30 de junho de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL DOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO (em Milhares de Reais)				
ATIVO	Nota	2017	2016	
CIRCULANTE		88.736	109.579	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DISPONIBILIDADES		2.267	659	CIRCULANTE
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	15.400	7.600	DEPÓSITOS
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		15.400	7.600	Depósitos Interfinanceiros
				Depósitos a Prazo
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	-	5.553	RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS
Livres		-	5.553	Obrigações por Aceites Cambiais
Contas de Fundo de Investimento		-	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	44.894	92.374	OUTRAS OBRIGAÇÕES
Setor Privado		44.894	92.374	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados
Empréstimos e Títulos Descontados		91.872	157.143	Sociais e Estatutárias
Financiamentos		6.618	8.956	Fiscais e Previdenciárias
(-) Provisão p/Operação em Crédito de Liquidação Duvidosa		-	-	Diversas
OUTROS CRÉDITOS		496	1.136	NÃO CIRCULANTE
Diversos	8	496	1.136	DEPÓSITOS
OUTROS VALORES E BENS		25.679	2.257	Depósitos a Prazo
Bens Não de Uso Próprio	9	25.653	2.257	
Despesas Antecipadas		26	-	
NÃO CIRCULANTE		182.479	126.948	RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		181.314	125.585	Obrigações por Aceites Cambiais
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	157.151	92.356	
Setor Privado		157.151	92.356	
Empréstimos e Títulos Descontados		24.163	33.229	
Ativo Fiscal Diferido	18	24.118	33.176	
Diversos	8	45	53	
IMOBILIZÁVEL		864	1.007	
DIFERIDO		301	354	
		-	2	
TOTAL DO ATIVO		271.215	236.527	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
				271.215 236.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **SANTINVEST S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS FLORIANÓPOLIS - SC**
Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Santinvest S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santinvest S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos Florianópolis (SC), 31 de junho de 2017.

ALFREDO HIRATA
 Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES
 CRC (SC) nº 001.132/O-9

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (em Milhares de Reais)
1 CONTEXTO OPERACIONAL A Instituição é uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos, constituída de acordo com a Portaria nº 309/59, do Ministério da Fazenda, tendo como objeto social a prática de operações relacionadas com a concessão de crédito a médio e longo prazos e operações no mercado de valores mobiliários. Sua matriz está localizada na Rua Nereu Ramos, 19 - 8º andar - Centro - Florianópolis - SC. **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO (em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		35.744	26.745
Operações de Crédito		34.652	24.187
Renda de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		556	967
Renda de Tit. Val. Mob. e Instrum. Financ. Derivativos		536	1.591
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(25.237)	(18.034)
Operações de Captação no Mercado	15	(10.448)	(11.674)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		(14.789)	(6.360)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.507	8.711
OUTRAS (DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS		(14.404)	(12.325)
Receita de Prestação de Serviços		27	21
Despesas de Pessoal	13.b	(2.873)	(2.862)
Outras Despesas Administrativas		(6.420)	(3.281)
Despesas Tributárias		(730)	(717)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	16	(4.408)	(5.486)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.897)	(3.614)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes	17	-	(1.001)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Diferidos	18	(6.800)	2.585
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE		(10.697)	(2.030)
Resultado por ação - R\$	12.e	(48,18)	(9,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:
 ✓ CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
 ✓ CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
 ✓ CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
 ✓ CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
 ✓ CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
 ✓ CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
 ✓ CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
 ✓ CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados - Resolução nº 4.424/15; e;
 ✓ Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 4.144/12.
 Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Instituição. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração da Instituição em 10 de julho de 2017. **3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Apuração do Resultado** O resultado foi apurado pelo regime de competência e inclui o reconhecimento dos rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos. **3.2 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Possuem alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento de até 90 dias. **3.3 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos** Constituídos por cotas de fundos de investimentos registrados ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Possuem liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor. **3.4 Operações de Crédito** Estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescidas dos rendimentos e encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas de operações ativas são apropriadas *pro rata die*. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro-rata" ao resultado do exercício. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o art. 9º, da Resolução nº 2.682/99, do CMN. **3.5 Outros Ativos Circulante e Não Circulante** O ativo circulante e o não circulante estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, juros e as variações monetárias correspondentes. **3.6 Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Ativos** As provisões para perdas prováveis nas operações de créditos são reconhecidas nos percentuais estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, levando-se em consideração a análise de garantias e a experiência da Instituição com seus clientes. **3.7 Imobilizado de Uso** Os valores constantes no Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos pela depreciação acumulada. As depreciações sobre os itens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens, utilizando as seguintes taxas:

Descrição	Taxa anual
Edificações	4%
Móveis e equipamentos de uso	10%
Sistema de comunicação	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Sistemas de Transporte	20%

3.8 Intangível Os valores constantes do intangível são compostos direitos sobre bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição. São amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir de sua disponibilidade para uso. Esses valores serão realizados nesta conta, conforme determina a Resolução nº 3.617/208 do Banco Central do Brasil. **3.9 Diferido** Os valores constantes do ativo diferido estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que os respectivos benefícios começam a ser usufruídos em períodos que não ultrapassam o prazo máximo estabelecido na Lei 6.404/76. **3.10 Passivo Circulante e Não Circulante** O passivo circulante e o não circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os juros, a correção monetária, as variações monetárias correspondentes e deduzidas das despesas a apropriar. **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes** A provisão para o imposto de renda foi constituída a alíquota de 15% e adicional de 10%, quando aplicável, conforme a legislação vigente. A provisão para contribuição social foi constituída a alíquota de 20% conforme Instrução Normativa RFB nº 1.591 sendo que ambas foram provisionadas mensalmente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente desta obrigação. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Diferidos** Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para a constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela resolução CMM nº 3.059/2002 alterado pelas resoluções CMN 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013. **4 GERENCIAMENTO DE RISCOS** A Instituição aborda o gerenciamento de todos os riscos inerentes às suas atividades de modo integrado, por meio de uma área específica para gestão de riscos. Essa visão multidisciplinar proporciona o aprimoramento dos modelos de gestão de riscos e evita a existência de lacunas que comprometam sua

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO (em Milhares de Reais)

EVENTOS	NOTA	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE LUCROS			TOTAL
			Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		73.500	6.468	34.703	-	114.671
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	(2.030)	(2.030)
- DESTINAÇÕES:						
- Reserva Legal		-	-	-	-	-
- Dividendos pagos Antecipadamente		-	-	-	(7.700)	(7.700)
- Transferência para Reserva Estatutária		-	-	(9.730)	9.730	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016		73.500	6.468	24.973	-	104.941
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		-	-	(9.730)	-	(9.730)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		73.500	6.553	28.219	-	108.272
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	(10.697)	(10.697)
- DESTINAÇÕES:						
- Reserva Legal	12.b	-	-	-	-	-
- Dividendos Propostos	12.c	-	-	(412)	-	(412)
- Transferência para Reserva Estatutária	12.d	-	-	(10.697)	10.697	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		73.500	6.553	17.110	-	97.163
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		-	-	(11.109)	-	(11.109)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO (em Milhares de Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	1º SEMESTRE	
	2017	2016
Prejuízo do Semestre	(10.697)	(2.030)
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Líquido proveniente de Atividades Operacionais	(14.924)	5.861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.131)	5.745
Ativo Fiscal Diferido	20	-
Depreciações e Amortizações	122	116
Provisões para Contingências	65	-
Resultado Líquido Ajustado	(25.621)	3.831
Varição de Ativos e Obrigações	1.215	82.362
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(7.495)	37.798
Redução (Aumento) em T.V.M e Instrum. Financ. Derivativos	5.986	56.436
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	3.173	(4.082)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(377)	(4.394)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(72)	(3.396)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(24.406)	86.193
Fluxo de Caixa nas Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizado de Uso	(30)	67
Aplicação no Imobilizado	(59)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos	(89)	67
Atividades de Financiamentos:		
Aumento (Redução) em Depósitos	8.929	(89.122)
Aumento (Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	16.762	9.747
Dividendos Pagos e/ou Provisionados	412	(7.700)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos	26.103	(87.075)
Aumento/(Redução) das Disponibilidades	1.608	(815)
Modificações em Disponibilidades, Líquidas	Início do período 659 1.474	Fim do período 2.267 659
Aumento/(Redução) das disponibilidades	1.608	(815)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

correta identificação e mensuração. **a. Risco de Operacional:** é a probabilidade de perdas decorrente de falhas humanas, de processos internos, de sistemas e de eventos externos, incluindo risco legal. **Gerenciamento de Risco Operacional** O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, com o objetivo de levantar e dar tratamento das perdas identificadas a fim de minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a continuidade dos negócios da Instituição. O capital alocado é calculado semestralmente utilizando-se a metodologia de abordagem do indicador básico, considerados os últimos três períodos anuais. **b. Risco de Mercado:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos preços e das taxas de juros. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente. **Gerenciamento de Risco de Mercado** O processo de gerenciamento é diário e tem a finalidade de medir, avaliar e controlar a exposição ao risco, identificando previamente os riscos inerentes a novos produtos, sua adequação aos procedimentos e controles adotados. **c. Risco de Crédito:** consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. **Gerenciamento do Risco de Crédito** É um processo contínuo de análise das operações mediante procedimentos internos embasados em documentação e relatórios próprios com a finalidade de minimizar perdas de crédito de manter a qualidade dos ativos; **d. Risco de Liquidez:** é a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar suas obrigações em razão dos descasamentos entre recebimentos e pagamentos, considerando os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. **Gerenciamento do Risco de Liquidez** O processo de gerenciamento do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, com o objetivo de estabelecer limites, avaliar posições assumidas, assegurar critérios, monitorar o processo e definir estratégias e planos de ação para situações de crise de liquidez. **e. Gerenciamento de Capital** O gerenciamento de capital consiste no monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital. Em 30 de junho, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio, compatível com o grau de risco de sua estrutura, conforme segue:

	2017	2016
Risco de crédito (RWACPAD)	217.876	249.191
Risco de mercado (RWAMPAD)	260.443	125.357
Risco operacional (RWAOPAD)	61.718	61.542
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	540.037	436.090
Parcela Rban	-	-
Patrimônio de referência (PR)	97.080	107.320
Margem para o limite de base	47.126	64.256
Índice de Basileia (PR x 100) / (RWA / 0,11)	17,98%	24,61%

Dados conforme Demonstrativos de Limites Operacionais extraídos do site do Banco Central. Em conformidade com o art. 7º, da Resolução CMN nº 3.721/09, art. 6º, da Resolução CMN nº 4.090/12, art. 6º, da Resolução CMN nº 3.464/07, art. 4º, da Resolução CMN nº 3.380/06 e art. 7º, da Resolução CMN nº 3.988/11, encontram-se respectivamente na sede da Instituição, os relatórios contendo as descrições da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional e do gerenciamento de capital. **5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** Em 30 de junho de 2017, a Instituição possuía o montante de R\$ 15.400 (R\$ 7.600 em 30 de junho de 2016) aplicados em papéis interbancários de curtíssimo prazo, com remuneração baseada na taxa CDI.

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

CDI	Grau de ligação	Taxa	Vencimento	201
-----	-----------------	------	------------	-----

	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Setor privado										
4200 - Indústria	2.981	1.722	1.473	-	-	5.055	-	12.782	24.013	9,29%
4300 - Comércio	7.065	2.733	26.898	12.831	12.695	632	76	24.534	87.464	33,84%
4500 - Outros serviços	60	143	5.280	12.835	-	293	370	2.064	21.045	8,14%
4600 - Pessoa Física	79.434	1.843	1.158	267	451	329	278	1.373	85.133	32,94%
4700 - Habitacionais	-	887	-	-	-	33.655	6.258	-	40.800	15,79%
Total	89.540	7.328	34.809	25.933	13.146	39.964	6.982	40.753	258.455	100,00%
% de Participação	34,64%	2,84%	13,47%	10,03%	5,09%	15,46%	2,70%	15,77%	100,00%	
PCLD	(448)	(73)	(1.044)	(2.593)	(3.944)	(19.982)	(4.888)	(40.753)	(73.725)	
% de Provisão	0,50%	1,00%	3,00%	10,00%	30,00%	50,00%	70,00%	100,00%		
Total geral	89.092	7.255	33.765	23.340	9.202	19.982	2.094	-	184.730	
									92.374	
									92.356	

b. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa A provisão constituída na forma indicada na nota explicativa nº 7.a apresentou a seguinte movimentação no período:

	2017	2016
Saldo inicial	68.707	67.980
Provisão constituída no período	737	5.745
Reversão de provisão no período	(15.848)	-
Saldo final	53.596	73.725

c. Operações Renegociadas

	2017	2016
Empréstimos	49.428	22.463
Financiamentos	1.729	846
Total	51.157	23.309

Conforme Resolução nº 2.682/99, do CMN, os créditos renegociados são classificados no nível de risco anterior do contrato original, os créditos em prejuízo renegociados retornam para a carteira e são provisionados no nível de risco H.

8 Devedores Diversos

	2017	2016
Devedores por compra de valores e bens	-	48
Adiantamentos e antecipações	162	133
Adjudicação de bens	-	247
Antecipação de impostos e contribuições	296	741
Outros	83	20
Total Geral	541	1.189
Total Circulante	496	1.136
Total Não Circulante	45	53

9 Bens Não de Uso Próprio A rubrica contábil tem seu saldo composto por bens originados em operações recebidas em dação em pagamento e estão reconhecidos conforme determina a circular Bacen nº 909/1985. O prazo legal para a alienação é de um ano podendo ser prorrogado por mais um ano sob prévio aviso ao Banco Central do Brasil.

Tipo	Matrícula	Área	Registro	2017	2016
				Custo	Custo
Terreno	20.083	84.311,70 m²	27/04/2017	7.458	-
Terreno	38.053	10.607,50 m²	31/03/2017	2.300	-
Imóvel	65.430	562,80 m²	17/03/2017	230	-
Terreno	85.347	132.632,76 m²	23/12/2016	12.000	-
Terreno	136.905	836,06 m²	23/12/2016	220	-
Imóvel	131.108	203,13 m²	23/12/2016	329	-
Terreno	136.879	142.341,15 m²	30/11/2016	3.000	-
Imóvel	147.639	168,88 m²	26/01/2016	116	163
Imóvel	149.013	198,66 m²	26/01/2016	-	120
Imóvel	149.438	200,10 m²	26/01/2016	-	218
Imóvel	149.441	197,76 m²	26/01/2016	-	155
Imóvel	149.444	196,06 m²	26/01/2016	-	155
Terreno	70.996	8.500,00 m²	10/08/2015	-	1.446
Total de bens não de uso próprio				25.653	2.257

10 Depósitos

Depósitos Interfinanceiros

CDI	Grau de ligação	Taxa	Vencimento	2017	2016
Santinvest S.A - DTVM	Ligada	98% DI/FLU	Julho/2017	550	550

Depósitos a Prazo

RDB	Diversos	Não-Ligadas	105 a 116%	CDI/FLU	Jun/2021	2017	2016
Diversos	Não-Ligadas	106 a 114%-CDI/FLU	Abr/2020	58.964	49.761	66.654	52.490
Total geral depósitos				42.410	16.065	24.244	36.425
Total passivo circulante							
Total passivo não circulante							

RDB – Recibo de Depósito Bancário emitidos com taxas pós-fixadas, com prazo que variam de julho de 2017 a junho de 2021. DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Créditos. Trata-se de recursos pós-fixados com prazo de amortização que variam entre fevereiro de 2018 a abril de 2020. **11 Recursos de Aceites Cambiais**

Recursos de Aceites Cambiais

	2017	2016
Pré-Fixadas	8.435	4.143
Pós-Fixadas	96.671	71.626
Pessoas Físicas	14.496	12.866
Pessoas Jurídicas	90.610	62.903
Total geral	105.106	75.769
Total passivo circulante	39.021	20.749
Total passivo não circulante	66.085	55.020

Os recursos de aceites cambiais e emissão de títulos referem-se a letras de câmbio, captadas à taxas pré-fixadas e taxas pós-fixadas máxima de 128% a.a. (128% a.a. em 30 de junho de 2016), seguindo a variação do CDI, com vencimentos entre de julho/2017 a junho/2021. **12 Patrimônio Líquido a. Capital Social:** Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, o capital social é de R\$ 73.500 mil (setenta e três milhões e quinhentos mil reais), representado por 222.000 (duzentas e vinte e duas mil) ações ordinárias nominativas, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal. **b. Reserva Legal:** Calculada nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 a razão de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício, considerando o item 1.16.5.1 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Não foi constituída reserva legal no período. **c. Dividendos:** É garantido aos acionistas no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. Não foram propostos dividendos no 1º semestre de 2017. **d. Reserva Estatutária:** Conforme artigo 26 letra "c" do estatuto social poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, sempre que necessário e na distribuição de dividendos a qualquer momento. Em 17/03/2017 o Conselho de Administração da Santinvest S.A. – Participações aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 412 (quatrocentos e doze mil reais). **e. Lucro (Prejuízo) por Ação:** O resultado do 1º semestre de 2017 gerou prejuízo de (R\$ 48,18) (quarenta e oito reais e deztoito centavos) por ação e prejuízo de (R\$ 9,14) (nove reais e quatorze centavos) por ação no 1º semestre de 2016.

13 Partes Relacionadas a. Obrigações com partes relacionadas decorrentes de captações de recursos

Natureza	Empresa	Grau de relação	2017	2016
Depósitos Interfinanceiros	Santinvest DTVM	Ligada	550	550
Obrigações por Aceites Cambiais	Santinvest Participações	Acionista	733	418

a. Remuneração do Pessoal Chave da Administração: A remuneração total do pessoal chave da administração para o primeiro semestre de 2017 foi de R\$ 711 (setecentos e onze mil reais), R\$ 761 (setecentos e sessenta e um mil reais) no primeiro semestre de 2016, incluindo os benefícios de curto prazo. **14 Contingências** A Instituição mantém provisões para contingências, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Instituição prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	2017	2016
Risco (Perda)		
Provável	-	70
Possível	12.560	19
Total	12.560	89

	2017	2016
Risco (Perda)		
Provável	-	70
Possível	11.224	-
Total	11.224	-

A Instituição foi autuada pela Receita Federal do Brasil em processo administrativo de natureza tributária em novembro de 2011. A referida autuação foi objeto de impugnação junto à Receita Federal do Brasil em dezembro de 2011. A autoridade tributante entendeu que a companhia teria incorrido em infração à legislação tributária ao optar pelo regime de tributação com base no lucro arbitrado, pois não vislumbrou os requisitos necessários para o enquadramento em tal método, ainda, em face da atividade econômica efetivamente explorada integrar o rol de contribuintes cuja apuração dos resultados fiscais submete-se obrigatoriamente as normas do lucro real. Em que pese os argumentos da Autoridade Tributante a Turma de julgamento da DRJ de Belém – PA (1ª Instância Administrativa), por unanimidade de votos julgou a impugnação procedente cancelando o crédito tributário exigido, por entender que restando conhecida a receita bruta e configurada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a VII do artigo 47, da lei 8.981 de 1995, o sujeito passivo se acha autorizado a adotar o auto arbitramento do lucro no correspondente período. Ou seja, validou os argumentos utilizados na defesa inicial. Não obstante, em razão do montante envolvido, os autos foram remetidos ao CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, em 23/09/2013, por força de recurso de ofício. Tramitação atual: Recurso de Ofício redistribuído para a 4ª Câmara Superior. Com base na posição dos assessores jurídicos externos, o valor atualizado desta ação é de R\$ 12.560 (doze milhões, quinhentos e sessenta mil reais), sendo avaliada como de risco "possível", de acordo com o CPC 25 não foi constituída provisão para contingências. **15 Operações de Captação no Mercado** O montante de R\$ 10.448 (dez milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais) em 30 de junho de 2017, R\$ 11.674 (onze milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais) em 30 de junho de 2016, registrado na rubrica de "Despesas de Intermediação Financeira" representa, principalmente, despesas com juros sobre recursos captados, além de outras despesas necessárias à manutenção da atividade. **16 Outras Receitas / Despesas Operacionais**

Do montante de R\$ 4.408 em 30 de junho de 2017, R\$ 4.386 refere-se a desconto concedido em renegociação. Do montante de R\$ 5.486 em 30 de junho de 2016, R\$ 5.345 refere-se a desconto concedido em renegociação. **17 Imposto de Renda e Contribuição Social – Valores Correntes** São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. **Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes**

	2017	2016
Resultado contábil antes da provisão para IR e CSLL	(3.893)	(3.547)
Provisões não dedutíveis	737	5.745
Despesas não dedutíveis	134	43
Total das adições	871	5.788
Reversão de provisões não dedutíveis	15.868	-
Reversão de despesas não operacionais	79	-
Total das Exclusões	15.947	-
Base de cálculo do IR e CSLL	(18.969)	2.241
IR (25%) e CSLL (20%) correntes	-	1.001

18 Imposto de Renda e Contribuição Social – Valores Diferidos São constituídos sobre as diferenças temporárias de acordo com a Resolução CNM 3.059 de 20/12/2002 alterada pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006, CMN nº 4.192/2013 e CMN nº 4.441/2015. **Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (20%)	2017	2016
Ativo Não-Circulante					
PCLD acumulada	53.596	13.399	10.719	24.118	33.176

Base de Cálculo - PCLD acumulada

	Em 2017	Em 2016
Base de Cálculo - PCLD acumulada	(15.111)	5.745
Imposto de renda diferido	(3.778)	1.436
Contribuição Social diferida	(3.022)	1.149
IRPJ e CSLL diferidos	(6.800)	2.585

19 Instrumentos Financeiros Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito e recursos de aceites cambiais estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado. Em 30 de junho de 2017, a Instituição não tinha qualquer transação que envolvesse operações com derivativos.

Luiz Carlos Santiago Presidente	Giorgio Rodrigo Donini Diretor	Juarez Medeiros Gualberto Diretor	Claudio Brezinski Contador CRC/SC-019.405/O-0
---	--	---	--